



J. Freitas

Proposta sobre número de vereadores passa na CCJ e vai agora ao Plenário

Composição das câmaras municipais pode ter regulamentação diferente da decidida pelo TSE, caso seja aprovada em segundo turno no Plenário a PEC que teve emendas votadas ontem pela Comissão de Justiça do Senado

Página 3

DISCUSSÃO Antes da votação, a CCJ, presidida por Lobão, debateu a proposta com o ministro aposentado do TSE Torquato Jardim (E)

Em debate, mudanças na lei de incentivos à cultura

Projeto que amplia a possibilidade de mais empresas financiarem as atividades culturais foi debatido ontem por representantes da área em audiência pública na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Página 8

Capiberibe anuncia intenção de recorrer ao Supremo

Senador João Capiberibe, que recebeu ontem em Plenário a solidariedade da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal da decisão do TSE que cassou seu mandato e o de sua esposa.

Página 6

Senadores aprovam alterações na Cofins

Ao final de seis horas de debate, Plenário acolhe a medida provisória que fixa novas regras para cobrança da Cofins e do PIS-Pasep. Modificações, resultantes de negociações no Senado, devem ser votadas agora pela Câmara dos Deputados

Páginas 4 a 6



Moneira Mariz

RESULTADO A aprovação da MP da Cofins pelo Plenário decorreu de um processo de negociação que mudou vários pontos do texto original

Fome Zero exige esforço de toda a sociedade, diz Patrus no Senado

Ministro afirma na CAS que todas as iniciativas sociais do governo federal integram o Fome Zero, que ele classifica como uma "grande política pública"

Página 6

AUDIÊNCIA Ao lado da presidente da CAS, Lúcia Vânia, Patrus Ananias descreve os programas sociais

Sarney defende retomada dos investimentos em ferrovias

Para crescer, é preciso rever investimentos em infra-estrutura, diz.

Página 3



José Cruz

Jovens devem exercer o direito do voto, ressalta Eduardo

Ao lembrar que dia 5 de maio é o prazo final para o alistamento eleitoral, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elogiou as campanhas de incentivo aos jovens para que efetuem sua habilitação ao primeiro voto. Na opinião do parlamentar, em nenhum outro momento do país foi tão importante a participação da juventude na política nacional.



Eduardo destaca campanha no Tocantins

Eduardo destacou o convênio firmado entre a Secretaria Municipal da Juventude de Palmas (TO), a Secretaria Estadual da Juventude e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da região para a campanha "Meu voto, meu futuro", que tem o objetivo de conscientizar a juventude sobre o direito de votar. O senador ressaltou ainda a participação do primeiro secretário da Juventude, Rogério Ramos, considerado o melhor formulador de políticas para a juventude, entre elas a do primeiro emprego no Tocantins, que já empregou 30 mil jovens. O parlamentar parabenizou também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela "humildade" em admitir as falhas no programa Primeiro Emprego e a necessidade de mudanças na iniciativa. Segundo Eduardo, a humildade deveria ser seguida por alguns ministros, que não recebem nem mesmo os senadores da base aliada.

Agenda

Plenário pode votar hoje MP dos Bingos

Projetos originados de medidas provisórias ainda trancam a pauta de votações do Senado. Entre os itens mais polêmicos em discussão está a proposta que proíbe a exploração de bingos e caça-níqueis (PLV 22/04), editada após denúncias envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. O texto poderá ser analisado hoje, em sessão plenária marcada para as 14h30.



Senado e STF realizam curso de especialização em parceria

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 11h, da solenidade que vai formalizar o projeto do Curso de Especialização em Controle de Constitucionalidade, em parceria

com o Supremo Tribunal Federal (STF). O evento, no auditório do Interlegis, terá a presença do presidente do STF, Maurício Corrêa. Às 15h, Sarney recebe o prefeito de Macapá, João

Henrique Rodrigues Pimentel; às 15h30, dirige a ordem do dia; e, às 18h, participa do lançamento do livro *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras*, no Arquivo do Senado.

Comissão vota nomes para embaixadas na África do Sul e Egito

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa hoje a indicação de Lúcio Pires de Amorim e de Elim Saturnino Ferreira Dutra para os cargos de embaixador do Brasil junto à África do Sul e ao

Egito, respectivamente. Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota a indicação de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e Gilson Caleman para cargos de diretores da Agência Nacional de Saúde.

Comissões ouvem o presidente do Banco Central



O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa da reunião de hoje das Comissões de Fiscalização e Controle (CFC), Mista de Orçamento (CMO) e de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Ele fala sobre

a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, cambial e de crédito, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

CCJ discute assassinato de garimpeiros

O assassinato de 29 garimpeiros na reserva dos índios cintas-largas, em Rondônia, é tema de debate hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Estarão presentes ao encontro o governador de Rondônia, Ivo Cassol, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, entre outros.



Venda da Embratel

A Comissão de Educação (CE) discute, às 10h, denúncias de um acordo entre as operadoras de telefonia para a compra da Embratel. Participam da reunião os presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Ziller de Araújo, e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade/MJ), João Grandino Rodas.

CPI do Desmanche

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche de Automóveis realiza hoje, a partir das 9h, reunião administrativa para a votação de requerimentos. A CPI investiga irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e por oficinas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Heloísa envia à Justiça denúncia sobre presídio em Pernambuco

Em discurso ontem no Plenário, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) informou que encaminhará ao Ministério da Justiça documento entregue a ela por mães e mulheres de presos da penitenciária Professor Aníbal Bruno, em Recife. Segundo essas mulheres, os presos precisam pagar por itens básicos de subsistência, inclusive



Presos têm sido obrigados a pagar por celsa, diz Heloísa

pelo uso de celas, e mesmo assim vêm sendo transferidos sem base jurídica, tornando nulos os investimentos das famílias, paupérrimas em sua maioria.

De acordo com Heloísa Helena, problemas semelhantes são encontrados em outros estados brasileiros.

João Ribeiro vê importância do comércio entre Brasil e China

O Brasil não pode mais, na opinião do senador João Ribeiro (PFL-TO), ignorar a importância da China para o comércio exterior. Ele citou dados sobre aquele país, em especial o que de-



PIB chinês cresceu 9,1% em 2003, afirma João Ribeiro

monstra que a economia chinesa cresceu 9,1%, em termos nominais, em 2003. Para o senador, o Brasil já começa a aproveitar as oportunidades, pois no ano passado, do total de US\$ 25 bilhões de saldo comercial brasileiro, a China contribuiu sozinha com cerca de 10%.

João Ribeiro afirmou que o país não pode desperdiçar essa parceria e elogiou a iniciativa do governo do Tocantins, que pretende fazer a divulgação turística do estado na China. O Tocantins também quer incrementar as trocas comerciais de carne bovina, soja, algodão e álcool etanol com aquele país.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ideli comemora decisão contra subsídios dos Estados Unidos



Medida mostra acerto do governo Lula, diz Ideli

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), comunicou decisão tomada nesta semana pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que determinou aos Estados Unidos a eliminação da

política de subsídios aos 25 mil produtores de algodão daquele país.

Segundo a senadora, a medida é muito importante para o Brasil e para os produtores pobres da África, entre outros países, pois a política de subsídios norte-americana estava colocando no mercado mundial o algodão daquele país a preços impossíveis de serem alcançados pela concorrência. Ideli Salvatti afirmou que a decisão confirma a bem-sucedida política do governo Lula na área de comércio exterior.

Marcos Guerra apóia pleitos do governo do Espírito Santo



Marcos Guerra destaca situação dos portos

Em discurso no Plenário, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) disse concordar com artigo da jornalista Myriam Leitão, publicado ontem no jornal *O Globo*, em que ela alerta para

a ameaça de falência dos portos nacionais em função de o governo não estar realizando as obras de infra-estrutura e de recuperação necessárias.

– Até em obras que não precisam de recursos do governo, mas apenas da realização de licitações, não existiram providências. O que se percebe é que as ações governamentais estão na contramão da tendência mundial – afirmou Marcos Guerra, pedindo que o governo federal atenda os pleitos do Espírito Santo.

PEC sobre o número de vereadores vai a Plenário

Proposta, que altera decisão do TSE, será submetida agora a segundo turno de votação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado acolheu ontem duas emendas de redação à proposta de emenda constitucional (PEC) que altera a composição das câmaras de vereadores, segundo faixas populacionais. Já aprovada em primeiro turno, a matéria retorna agora ao Plenário, para apreciação em segundo e último turno.

A proposta, que tem como relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM), transfere a definição final sobre a composição das câmaras para os tribunais regionais eleitorais. Se aprovada em segundo turno, a matéria será encaminhada à promulgação, transformando-se em emenda constitucional. A proposição altera resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotada no início deste mês, que reduz já nas próximas eleições, em outubro, a quantidade de vereadores.

Segundo estimativas, a Resolução 21.702 provocará redução de mais de 8 mil vagas nas câmaras municipais. Na própria resolução, entretanto, o tribunal determina que, se for aprovada emenda constitucional sobre o

Como fica a composição das câmaras	
Nº de habitantes do município	Nº de vereadores
Até 100 mil	De 9 a 17
Mais de 100 mil e menos de 300 mil	De 19 a 21
Mais de 300 mil e menos de 1 milhão	De 23 a 31
Mais de 1 milhão e menos de 5 milhões	De 33 a 41
Mais de 5 milhões	De 43 a 55

Fonte: PEC nº 7, de 1992

assunto, as novas regras estabelecidas pelo Congresso é que deverão ser observadas.

Ampliação

De acordo com Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a Associação Nacional dos Vereadores estima que a aplicação da proposta em exame no Senado (PEC 7/92) possibilitará a eleição de cerca de 54 mil vereadores em todo o país, o que significaria 4 mil vagas a mais do que se for seguida a decisão do TSE. Por outra PEC sobre o assunto, que se acha em exame na Câmara dos Deputados, o número de vereadores no país chegaria a cerca de 65 mil, acrescentou o senador.

Após intenso debate, Valadares concordou em retirar requerimento de sua autoria que visava suspender o exame da proposta na CCJ. A intenção do

senador era aguardar a chegada ao Senado da proposta que está sendo analisada pelos deputados.

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou voto em separado com o mesmo propósito, argumentando que a PEC em exame no Senado é inconstitucional, pois fere a autonomia dos municípios ao transferir para os tribunais regionais eleitorais a decisão definitiva sobre a quantidade de vereadores por habitante.

Ao defender a aprovação da proposta, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ressaltou que a decisão do TSE prejudica o planejamento já realizado pelos partidos políticos para as eleições de outubro e poderá resultar na redução de 300 vagas nas câmaras municipais de Santa Catarina.

Costa pede renegociação das dívidas dos estados

Ao discutir o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP 164/04) que altera a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que a renegociação das dívidas dos estados com a União tem que estar na pauta do próximo encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os governadores.

O senador Hélio Costa também cobrou a conclusão do inquérito que apura o assassinato de três fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho, em Unaf (MG), em janeiro. O parlamentar citou declarações do diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, que admitiu falhas no inquérito.

Luiz Otávio cobra pressa na recriação da Sudam

A imediata recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi pedida ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Para ele, com o órgão remodelado estaria aberto o caminho para formatação de nova política regional, comprometida com o planejamento equilibrado e a construção de um desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Luiz Otávio pediu também a alocação de maiores recursos para a modernização dos portos de Santarém e da Vila do Conde, ambos no estado do Pará. Ele disse que os dois terminais são exemplos de eficiência, chegando a exportar bois em pé para o Oriente Médio.



Hélio Costa quer discussão do tema com Lula

Sarney defende retomada das ferrovias

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem, ao discursar na sessão solene da Câmara em comemoração aos 150 anos do funcionamento das estradas de ferro no Brasil, que o abandono das ferrovias é “uma tragédia nacional”. Ele advertiu que o crescimento econômico do país depende da revisão de investimentos em infra-estrutura, com a retomada da expansão da malha ferroviária.

Segundo Sarney, somente as estradas de ferro poderão acelerar o desenvolvimento de grandes áreas cuja exploração por rodovias se torna antieconômica.

– Tenho a consciência tranquila, porque, quando era presidente da República, tentei de todas as maneiras mudar essa mentalidade rodoviária que le-



COMEMORAÇÃO Ao lado de João Paulo Cunha (D), Sarney participa de sessão na Câmara sobre os 150 anos da estrada de ferro no Brasil

vou ao sucateamento das nossas ferrovias. Investir nas estradas de ferro é uma exigência do desenvolvimento nacional, porque a ferrovia é o transporte do futuro.

José Sarney ressaltou que “hoje o sistema ferroviário renasce

em todo o mundo, e sem ele não se pode pensar numa economia em desenvolvimento”. Ele observou que “não se resolverão os problemas de transporte e infra-estrutura no Brasil sem que se tenha consciência da importância do transporte ferroviário”.



Luiz Otávio resalta papel do órgão na região

COFINS

Projeto de conversão incorpora alterações resultantes de acordos, como a definição de alíquota zero para a importação de reagentes usados em exames clínicos. Os setores do agronegócio e de transporte coletivo também foram beneficiados



OSMAR DIAS

A isenção dos insumos agropecuários foi a modificação mais importante do acordo fechado com o governo para possibilitar a votação da MP da Cofins. A mudança, fundamental para as cooperativas, beneficia diversas culturas que são dependentes de fertilizantes importados.



HÉLIO COSTA

Parcela de recursos da Cofins repassada aos estados deve ser aumentada para dar condições aos governos estaduais de cumprir seus compromissos. É necessário novo pacto federativo e promover a renegociação das dívidas com a União, como propõe o governador Aécio Neves.



SÉRGIO GUERRA

O Senado Federal tem demonstrado que leva a sério a tarefa de representação popular no Brasil. As modificações promovidas pelo Senado no texto que veio da Câmara dos Deputados representam avanços significativos, sobretudo nas áreas da saúde e da agricultura.



JONAS PINHEIRO

Ao promover alterações nas MPs que tratam da contribuição para o PIS-Pasep e para a Cofins, o Senado mais uma vez salvou o agronegócio brasileiro. Os agricultores já sofrem muito com o custo Brasil, com os problemas nos portos e estradas, e com a burocracia na exportação.



JOSÉ JORGE

O PFL tem dito que a alteração proposta para a Cofins aumentará a carga tributária em 30%. Os pequenos avanços nas negociações são apenas paliativos, concedidos para permitir a aprovação da MP. Não há garantia de que as modificações do Senado serão mantidas pela Câmara.



MÃO SANTA

A aprovação da MP da Cofins foi uma "vitória de Pirro", ou seja, de alto custo para o vencedor. A missão do Senado é como aquela dada a Moisés por Deus, a libertação do povo judeu. Entre as alterações feitas no Senado, destacam-se as que beneficiam a classe médica e o turismo.

SENADO APROVA MUDANÇAS NA CONTRIBUIÇÃO

Depois de seis horas de debate, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão (PLV) da Medida Provisória (MP) 164/04, que estabeleceu modificações nas regras de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS-Pasep. A MP foi baixada com o objetivo de taxar a importação de produtos, insumos e matérias-primas e corrigir distorções introduzidas pela MP 135/03, que determinou o fim da cobrança cumulativa (em cascata) da Cofins e do PIS-Pasep e elevou a alíquota única de 3,75% para 7,6%.

O PLV aprovado, de nº 25, incorporou uma série de alterações resultantes do debate e de acordos de bastidores – a sessão havia sido convocada para apreciação do PLV 21.



DEBATES Acordos entre lideranças permitiram a aprovação da MP por 47 votos a 21

Mas boa parte do conteúdo vinha sendo discutida havia três semanas, com o objetivo de diminuir a carga tributária de vários setores onerados com o aumento da alíquota de 3,75% para 7,6%, que começou a valer em fevereiro, e amenizar as conse-

quências para as importações nos termos da MP 164, que entrarão em vigor no dia 1º de maio.

Em resumo, o PLV faz uma série de ressalvas e cria mecanismos de calibragem (formas de incidência) da Cofins e do PIS-Pasep, como a alí-

quota zero para a importação de reagentes usados em exames clínicos. As atividades de laboratórios de análises clínicas, hospitais, clínicas médicas e odontológicas voltarão a ser taxadas em 3,75%.

Também foram benefi-

ciadas com a alíquota zero as importações de material genético, embriões, agrotóxicos, fertilizantes e matérias-primas como o fosfato e o NPK, usados na fabricação de corretivos para o solo. Por pressão de senadores como Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Agripino (PFL-RN), o governo será obrigado, e não autorizado, a fixar essa alíquota zero, como estava estabelecido no PLV 21. Da mesma forma, as operações do setor hortigranjeiro terão a alíquota da Cofins e do PIS-Pasep fixada em zero.

– Estamos efetivamente reduzindo a carga tributária, ao reduzir impostos que estão em vigência – salientou o relator do PLV, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Não é o que pensa a oposição. O líder do PFL,

José Agripino (RN), e os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Mão Santa (PMDB-PI) afirmam que haverá aumento de tributos. Para Agripino, o que se conseguiu com as negociações foi reduzir o estrago para as empresas. Na opinião de Jorge Bornhausen (PFL-SC), as mudanças que vêm sendo feitas na Cofins já causaram aumento de preços e desemprego. Assim como Bornhausen, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) votou contra o projeto.

O PLV, acolhido por 47 votos a favor e 21 contra, segue agora para a Câmara dos Deputados, que terá de aprová-lo com urgência, para que possa ser sancionado antes do dia 1º de maio. De outra forma, as novas regras só valerão a partir do mês de junho.



EDUARDO AZEREDO

A MP da Cofins é ruim, aumenta a carga tributária, mas é menos malcheirosa que a anterior. A proposta aprovada no Senado excluiu algumas categorias do aumento da contribuição, como é o caso dos insumos básicos do setor agrícola e os serviços de saúde e de transporte coletivo.



ALVARO DIAS

O brasileiro teve de trabalhar quatro meses e meio para pagar impostos em 2003, três dias a mais do que no ano anterior. No mesmo período, a carga tributária foi acrescida em quase 1% do Produto Interno Bruto (PIB). A política tributária brasileira é uma colcha de retalhos.



RODOLPHO TOURINHO

Merece destaque a disposição do governo em negociar pontos discordantes do projeto de conversão que modifica a cobrança da Cofins. O projeto votado ontem trouxe avanços, como a isenção para fertilizantes e sementes, e o tratamento dado ao setor de embalagens.



PAULO OCTÁVIO

A Subcomissão de Turismo do Senado encaminhou à liderança do governo a reivindicação de que não haja aumento, para 7,6%, da alíquota da Cofins para o turismo. O setor gera muitos empregos e deve ser mantida a situação anterior à medida provisória.



CÉSAR BORGES

Foi aplaudido o fim da cumulatividade da cobrança de PIS/Pasep com a Cofins, no ano passado, mas com a MP, verificou-se que foi um "presente de grego". Ninguém imaginava que, em contrapartida, o governo aumentaria em mais de 140% a alíquota da Cofins.



BORNHAUSEN

As mudanças na Cofins não reduzem efetivamente a carga tributária e mantêm a cobrança sobre importados, o que é prejudicial ao crescimento econômico do país. A MP foi baixada para emburhar e forçar a oposição a aceitar o texto enviado pelo governo.

COFINS

Para o relator do projeto, Romero Jucá, sociedade ganha com a redução de impostos propiciada pela medida. Líder do governo, Aloizio Mercadante, diz que indústria brasileira ganha competitividade. Oposição aponta aumento da carga tributária



FERNANDO BEZERRA

As mudanças na MP baixa-da para corrigir distorções na cobrança da Cofins foram as possíveis, não as ideais, e beneficiam principalmente a saúde, as cooperativas e a indústria. O Senado se empenhou em mudar as regras por meio de negociação entre a base do governo e a oposição.



GARIBALDI ALVES

As novas alíquotas da Cofins e do PIS-Pasep incidentes sobre a produção de sal precisam ser reduzidas. O Rio Grande do Norte, que produz hoje 5 milhões de toneladas de sal, cerca de 80% da produção do país, tem sido o principal prejudicado com os novos percentuais.



RAMEZ TEBET

A produção de sêmen e embriões na atividade pecuária também deve ter alíquota zero. No projeto, a definição desse aspecto é delegada ao Executivo. Propõe-se que o artigo 8º da medida seja deslocado para o artigo 44, que garante a isenção a insumos para a agricultura.



ANTERO DE BARROS

Apesar das importantes alterações promovidas pelos senadores na MP do PIS-Pasep e da Cofins, a medida aumenta a carga tributária. Ser empresário no Brasil é um ato de heroísmo. Ao ampliar a carga tributária, a medida provisória inibirá a criação de empregos.



LÚCIA VÂNIA

A MP que trata da contribuição para o PIS-Pasep e para a Cofins deverá deixar em torno de 10% mais caras as operações de importação de bens e serviços. A tributação afetará a competitividade das empresas dependentes de insumos produzidos no exterior.



RENAN CALHEIROS

O PMDB sempre defendeu a construção de convergências nacionais. Tal determinação garantiu o apoio no Congresso a propostas consideradas fundamentais para a governabilidade do país. O partido apoiou a proposição do Executivo, com as alterações dos senadores.

Redução de impostos beneficia sociedade, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou ontem o ganho para a sociedade brasileira com a redução de impostos propiciada pela aprovação do projeto de lei de conversão (PLV 21/04) da medida provisória (MP 164/04) que modifica a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep. O projeto estabelece o retorno de vários setores à antiga alíquota do imposto (3,75%, contra os 7,6% fixados em MP anterior) e zera a alíquota de outros, alguns por período determinado.

Relator do projeto, Jucá informou que hospitais, e clínicas, companhias de aviação, empresas de *te-*

lemarketing, empreendimentos turísticos, parques temáticos, feiras de negócios, empresas de transportes, hotéis e similares e empresas de construção civil estão entre os negócios beneficiados com a volta da alíquota de 3,75%.

Conforme o senador, a importação de insumos para laboratórios, medicamentos, reagentes e bens de capital da área de saúde terá alíquota reduzida a zero. E deixam de pagar o imposto as operações comerciais com hortaliças, frutas, ovos, material genético, fertilizantes, defensivos e sementes. O relatório ainda iguala o regime das cooperativas com as agroindústrias. Apesar de conti-



Gerúlio Magalhães

Romero Jucá relatou projeto de conversão da medida provisória

nuar pagando a alíquota de 7,6%, as cooperativas ganham a vantagem da isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Há setores que terão alíquotas de produtos importados zeradas por prazo determinado, até conseguirem nacionalizar a produção – caso do papel de jornal e de algumas embalagens. As empresas da Zona Franca de Manaus terão alíquota zero na importação de componentes, mas o imposto será pago na venda dos produtos para outros estados.

Para Mercadante, a indústria nacional fica mais competitiva

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), enumerou detalhadamente as razões pelas quais entendia que o Congresso deveria converter em lei a medida provisória que altera a cobrança da Cofins.

Ele disse que o texto em exame, embora não resolva o problema tributário brasileiro, que só terá solução com uma ampla reforma, consiste num passo que aumenta a competitividade da indústria, ao criar isonomia entre os produtos nacionais e os importados.

O senador apontou ainda que a aprovação da MP mantém a competitividade da agricultura, compensa os setores mais sensíveis da área de serviços, preserva os setores estratégicos e respeita a

Constituição.

Em defesa da mudança, o líder observou que o mundo inteiro luta para tributar os produtos importados, daí porque existe a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele argumentou que o Brasil não podia abdicar de tributar o produto estrangeiro quando o direito internacional nos permite isso.

De acordo com Mercadante, a indústria brasileira foi altamente beneficiada com essa medida, conforme atesta o apoio expresso da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Cargos

Aloizio Mercadante afirmou ainda que a medida provisória que cria cargos no governo federal, aprovada terça-feira



Moreira Mariz

Mercadante reconhece que sistema tributário exige ampla reforma

pelo Plenário, não abre 2.793 novos cargos, como tem dito a oposição, mas sim 1.321 vagas. Segundo ele, os outros 1.472 referem-se a funções gratificadas, que só podem ser ocupadas por servidores concursados. Acrescentou que, dos novos cargos, “uma parte substancial será preenchida por servidores”, restituindo parte das vagas extintas no início do ano passado.



JEFFERSON PÉRES

As modificações não resolverão nenhum problema. A solução pode vir da proposta do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que institui o imposto único federal. A Receita Federal tem restrições à proposta do imposto único porque seus fiscais perderiam função e poder.



HELOISA HELENA

A medida conspira contra os interesses da maioria do povo. Há questões sem respostas, entre elas, se haverá uma elevação momentânea ou permanente da arrecadação ou “se, para preservar a faixa de lucro dos empresários, sobrará alguma coisa para os trabalhadores”.



ALMEIDA LIMA

O governo do PT não tem legitimidade para aumentar impostos, pois sempre condenou a carga tributária do país, próxima de 40%. “Em carga tributária, agora só perdemos para a Dinamarca, mas por apenas meio por cento. Só que lá o Estado oferece serviços de qualidade”.



EFRAIM MORAIS

O “aumento de impostos embutido na medida provisória vai parar na Justiça”, assim como está sendo contestada nos tribunais a Lei 10.833/03, que também aumentou as alíquotas da Cofins ao eliminar a sua cobrança cumulativa com a do PIS-Pasep.



JOSÉ AGRIPINO

As alterações nas regras de cobrança da Cofins irão aumentar a carga tributária e prejudicar o crescimento econômico. O fundamental seria diminuir as alíquotas sobre produtos, insumos e matérias-primas nacionais e não passar a cobrar dos importados.



ARTHUR VIRGÍLIO

As mudanças das alíquotas da contribuição do PIS/Pasep e da Cofins sobre a comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem da Zona Franca de Manaus deturpam acordo firmado entre governo do Amazonas, parlamentares e governo federal.

COFINS



DEMOSTENES TORRES



MARCOS GUERRA

Desde o início do ano não se discute outra coisa na Casa a não ser as crises do governo e matérias que tiram dinheiro do contribuinte. O governo Luiz Inácio Lula da Silva tem usado de sua força para aprovar, sem muita discussão, medidas que penalizam os contribuintes.

Ao elevar a alíquota do tributo, o governo federal perdeu uma oportunidade de tornar as empresas brasileiras mais ágeis e competitivas. Basta de se falar em aumento da carga dos tributos. O país clama por geração de empregos, desenvolvimento e justiça social.



DELIBERAÇÃO Sarney anunciou votação da medida provisória após acordo entre as lideranças

Senado pode decidir hoje sobre a MP que proíbe bingos no país

Após entendimento entre as lideranças partidárias, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou o adiamento, para a sessão de hoje, às 10h, da votação dos projetos de conversão da medida provisória (MPs) que trata dos contratos de gestão firmados pela Agência Nacional de Águas (ANA), e da que proibiu a exploração de jogos de bingo e máquinas caça-níqueis no país. As duas matérias estão trancando a pauta de deliberações da Casa.

Apontando o caráter polêmico e a falta de consenso em torno das proposições, os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), sugeriram a transferência da discussão e votação das duas matérias para a próxima terça-feira. Virgílio ponderou ser necessário, em relação à MP 165/04, sobre a Agência Nacional de Águas, “debater e entregar uma proposta que discipline melhor o assunto”. Agripino pediu tempo para proceder a um encaminhamento “civilizado, pacífico e produtivo” da MP 168/04, que proíbe os bingos. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e José Jorge (PFL-PE) reforçaram o pedido de adiamento.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelaram pela desobstrução rápida da pauta de votações. Além de inviabilizar a apreciação de empréstimos pleiteados pela prefeitura e pelo governo de São Paulo, preocupação expressa por ambos, a obstrução do processo deliberativo impede, conforme assinalou Mercadante, o exame de indicações diplomáticas e outras proposições importantes, como a Lei de Falências e a que estabelece a reforma do Poder Judiciário.



EXPOSIÇÃO Ao lado da senadora Lúcia Vânia, Patrus Ananias explica ações sociais

Fome Zero é uma grande política pública, diz Patrus

Ministro diz na CAS que a unificação de todos os programas sociais é uma forma de erradicar a fome

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, disse ontem em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que o Fome Zero é uma “grande política pública”, envolvendo os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil.

O ministro evitou classificá-lo como um programa, explicando que todas as iniciativas do governo, como o Bolsa Família, a construção de cisternas na região do semi-árido e a compra da safra dos agricultores familiares, integram o Fome Zero, bem como as ações que partem dos vários segmentos da sociedade. – É uma forma de en-

contrar juntos alternativas para erradicar a fome no Brasil. É um desafio à consciência nacional. É uma mobilização que está envolvendo inclusive a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras entidades internacionais – definiu, citando dados lembrados em seminário na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de que morrem de fome diariamente no mundo 100 mil pessoas, incluindo 30 mil crianças entre zero e 5 anos.

Patrus também fez questão de esclarecer aos senadores que não está à frente de um superministério social, como classificou a imprensa, mas que a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi unificar as políticas públicas emergenciais.

O ministro lembrou que o Brasil – com 11,4 milhões de famílias vivendo abaixo da linha da

pobreza, ou seja, com apenas US\$ 30 mensais – está entre os seis países mais injustos do mundo.

Ele fez um apanhado das ações prioritárias do seu ministério, destacando, entre elas, o Bolsa Família, que deve ampliar o atendimento das atuais 3,8 milhões de famílias para 4,5 milhões até julho próximo e 6,5 milhões até o final do ano; a liberação de R\$ 70 milhões para a compra da produção de agricultores familiares, especialmente dos assentamentos da reforma agrária; a assinatura de um novo convênio com a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) para a construção de mais 10 mil cisternas na região do semi-árido (a meta é chegar a 50 mil até dezembro de 2004); e a distribuição de 770 mil litros de leite em parceria com os governos estaduais.

Capiberibe vai recorrer ao STF da decisão do TSE de cassar seu mandato

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cassou os mandatos dele e de sua esposa, a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), sob a acusação de compra de votos na eleição de 2002. De acordo com nota divulgada ontem pelo PSB, “não há nos autos

(do processo) qualquer prova de participação direta ou indireta dos referidos parlamentares na conduta de captação ilícita de votos”.

Os advogados do casal Capiberibe argumentam que dois princípios constitucionais foram infringidos: o que estabelece que ninguém pode ser responsabilizado por fato atribuído a outra pessoa e o da presunção de ino-

cência. Baseado nisso, eles recorrerão ao STF para reverter a cassação. A cassação de João Capiberibe beneficia o ex-senador Gilvam Borges, do PMDB.

A líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC), manifestou solidariedade ao senador João Capiberibe. Ideli disse que, no julgamento no TSE, foi registrada divergência entre dois dos ministros do Su-

Conselho de Ética aplica censura a Saturnino

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem o parecer do senador João Alberto (PMDB-MA), que determina a aplicação da pena de censura ao senador Roberto Saturnino (PT-RJ) por ter firmado acordo se comprometendo a dividir o mandato com seu primeiro suplente, Carlos Lupi, caso saísse vitorioso nas eleições de 1998.

Acatando sugestão do senador Antero Paes de Barros, o presidente em exercício do conselho, senador Demostenes Torres (PFL-GO), decidiu pela aplicação de censura verbal a Saturnino e, atendendo a sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pela publicação integral da ata da reunião.

Em seu parecer, que foi aprovado por unanimidade, João Alberto assinalou que Saturnino reconheceu sua falha e colaborou com o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Os senadores Antero Paes de Barros, Ramez Tebet (PMDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Suplicy, Reginaldo Duarte (PSDB-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Sibá Machado (PT-AC), Paulo Octávio (PFL-DF) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) elogiaram a honradez e a dignidade de Roberto Saturnino.



DIVERGÊNCIA Capiberibe anuncia que vai continuar lutando pelo mandato

premo que compõem o tribunal, Celso de Mello e Carlos Velloso.

– Essa divergência abre canal para que a decisão seja submetida ao STF – afirmou a senadora.



DEBATE Sibá propõe que Congresso discuta onde aplicar investimentos

Sibá destaca importância de decisão do FMI

O senador Sibá Machado (PT-AC) considerou muito importante para o país a decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de permitir que os investimentos das estatais em infra-estrutura não sejam computados como despesa no cálculo das contas públicas.

Sibá citou notícia publicada no jornal *O Globo* de terça-feira com as informações de que a medida traria um saldo de R\$ 7 bilhões para a Petrobras e de que a Eletrobrás poderia contar com cerca de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões para novos investimentos no setor elétrico.

Além desses R\$ 11 bilhões, destacou o senador, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teria, de imediato, R\$ 5,6 bilhões para investimentos em infra-estrutura, dos quais R\$ 3 bilhões para estados e municípios e o restante para o setor elétrico.

O senador propôs que o Congresso discuta os investimentos que são mais importantes para o desenvolvimento regional. E disse que é fundamental, para a Amazônia, que seja fechado um acordo para construção de obras como gasodutos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias.

Desemprego aumenta a violência, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que o presidente Lula precisa vencer o desemprego. Ele disse acreditar que o grande número de desempregados está aumentando a violência no Brasil e provocando o que está sendo chamado "paradão", a estagnação econômica.

– Quem tem bastante luz não precisa apagar ou diminuir a luz dos outros – conclamou, ressaltando que "não adianta ficar com blá-blá-blá, enchendo a TV com dinheiro que falta no Nordeste, ficar falando mal de Fernando Henrique. Queremos ver a obra, a solução".

Mão Santa salientou que quer fazer chegar a Lula o entendimento de que cada governo tem um propósito determinado e que o da atual gestão deveria ser acabar com o desemprego.



RESULTADOS Brasileiros querem "ver a obra, a solução", ressalta Mão Santa

Ex-chefe do FBI presta depoimento

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado e a Mista de Inteligência (CCAI) ouviram ontem, em reunião secreta, Carlos Alberto Costa, ex-chefe do escritório do FBI no Brasil. A reunião foi presidida por Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE. Costa deveria explicar denúncias de ingerências do governo norte-americano nos serviços de inteligência do Brasil.

César Borges: Lula deve evitar novos "vexames"

■ Governo precisa romper inércia e criar agenda positiva na microeconomia, adverte senador

O senador César Borges (PFL-BA) disse ontem que o governo precisa romper com a sua inércia e criar uma agenda positiva na área da microeconomia, com programas bem estudados que preservem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de passar "vexame", como o que ocorreu com o programa Primeiro Emprego. Essa agenda, segundo o senador, deve ter ações efetivas para cumprir compromissos de campanha.

Ao mesmo tempo, acrescentou César Borges, o governo precisa tomar outras providências, como liberar recursos para infra-estrutura e retomar obras paralisadas. Ele citou o caso do



PROPAGANDA César Borges afirma que Primeiro Emprego não criou nem 500 vagas

metrô de Salvador, "que até agora não recebeu um real" e poderia estar beneficiando a população baiana e gerando empregos.

O senador classificou de "propaganda enganosa" o que o governo fez com o programa Primeiro Emprego, prometendo

400 mil postos, sem ter conseguido criar nem 500. Ele lembrou que o programa foi anunciado com grande estardalhaço pelo ministro Jaques Wagner, um baiano que só ocupou o Ministério do Trabalho, na sua avaliação, porque perdeu as eleições já no primeiro turno para Paulo Souto, e que agora está à frente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, "que ainda não mostrou a que veio".

O presidente Lula, continuou César Borges, reconheceu os problemas do programa.

– Hoje o governo admite que houve boa intenção, mas que o programa foi mal estudado. Fala-se em reestruturação e no aumento do recrutamento de jovens pelas Forças Armadas. Mas a imprensa já está tratando essa iniciativa como o programa Recruta Zero, em alusão ao Fome Zero – acentuou César Borges.

Alvaro: só crescimento garante recursos externos para o país

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que se não há sinalização para o dinamismo da economia, o fluxo de capitais externos para o Brasil continuará extremamente comprometido. Na avaliação do senador, a retomada do crescimento econômico será a fiadora da vinda dos recursos externos para o país.

– A queda do poder aquisitivo da população, que reduz sua capacidade de consumir, desestimula os agentes produtivos na indústria e no comércio, contém o processo de crescimento econômico e promove esse devastador aumento do desemprego no país.

Depois de registrar que, em Nova York, o ministro da Fazenda,

Antonio Palocci, declarou que a questão fiscal é o compromisso de ouro da administração Lula, Alvaro Dias manifestou seu desejo de que "o emprego e a renda sejam, pelo menos, as metas de prata e de bronze do governo".

O senador lembrou que, reiteradas vezes, disse que a oposição não negaria apoio ao governo na luta pela flexibilização da política financeira internacional.

– Agora, o governo comemora a concordância do Fundo Monetário Internacional (FMI) em retirar do cálculo do superávit primário os investimentos em infra-estrutura realizados por estatais. Trata-se de um avanço, mas não significativo a



CONSEQUÊNCIAS Alvaro lembra que a queda do poder aquisitivo desestimula agente produtivo

ponto de merecer loas. O FMI não está fazendo nenhum favor ao nosso país – completou, destacando que o pleito ao FMI remonta à gestão de Fernando Henrique. Para Alvaro, a mera exclusão de algumas operações contábeis do cálculo das metas fiscais não resolve o impasse do desenvolvimento do país.



EXPECTATIVA Maguito Vilela acredita que Brasil pode se tornar potência econômica

Maguito apóia prioridade que governo dá ao agronegócio

O governo Lula está no caminho certo ao escolher como uma de suas prioridades a agricultura e o agronegócio, ressaltou Maguito Vilela (PMDB-GO). Segundo ele, o Brasil só poderá ser uma potência econômica mundial caso se firme como superpotência no agronegócio, o que, notou, já está ocorrendo.

Para Maguito, a agricultura vem sustentando a economia brasileira. Como exemplo, informou que, em 2002, o agronegócio cresceu 8%, enquanto a economia como um todo aumentou apenas 1,5%. Atualmente, lembrou, o agronegócio é responsável por 30% de todo o Produto Interno Bruto (PIB).

Por tudo isso é que Maguito colocou em relevo a realização da Feira Agropecuária Agri-show de Ribeirão Preto (SP), a ser aberta amanhã. Ele afirmou que a feira é a maior da América Latina, e que a expectativa dos organizadores é que deverão passar pelo local cerca de 150 mil produtores rurais, com um movimento de comercialização de R\$ 1 bilhão.

Maguito destacou que Goiás entrou de forma definitiva no circuito, com a realização da primeira Agri-show na cidade de Rio Verde. O senador assinou que 38 mil produtores visitaram a feira, gerando negócios de mais de R\$ 400 milhões.

Célio Azevedo



NOVAS ALÍQUOTAS No Senado, artistas e produtores defendem alterações no financiamento da cultura

Lei Rouanet pode se abrir para pequenas empresas

■ Proposta é debatida em subcomissão, com apoio da área cultural. Governo vai apresentar projeto com mudanças

Representantes da área cultural defenderam ontem, em audiência pública na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, projeto que aumenta o número de empresas capazes de financiar a cultura por meio da Lei Rouanet, estendendo o benefício às pequenas empresas. O projeto (PLS 263/02) é de autoria de Luiz Pastore, que foi suplente do senador Gerson Camata (PMDB-ES). O secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), Juca Ferreira, disse, no entanto, ser contra o conteúdo total do projeto, mas anunciou mudanças na legis-

lação para beneficiar o setor.

Ferreira afirmou ser contrário à parte do projeto de Pastore que diminui a alíquota sobre a qual as grandes empresas podem ter abatimento de imposto de renda, que atualmente é de 4%. O secretário-executivo disse que o ministério apresentará em breve um projeto de lei propondo alíquota de 4% para as grandes empresas, de 6% para as médias e de 8% para as pequenas.

Os produtores culturais e artistas que participaram da audiência defenderam o projeto de Pastore. O presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, assinou ser favorável ao projeto de lei de Pastore, uma vez que incentiva a participação de mais empresas no fomento à cultura. A atriz Giulia Gam destacou ser necessário encontrar a melhor forma de distribuir recursos para a cultura e lembrou também que as leis de incenti-

vos tornaram possível manter a produção cultural. O maestro Júlio Medaglia ressaltou esperar que as empresas menores possam ter programas de investimento em cultura.

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem um grupo de artistas e produtores de televisão, acompanhado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), autora de projeto, aprovado na Câmara e em tramitação na Casa, que estabelece um percentual de veiculação de programas produzidos regionalmente para as emissoras de TV. A atriz Giulia Gam e a cineasta Tizuka Yamasaki estavam presentes.

Segundo a deputada, o projeto (PLC 59/03), que está pronto para entrar na pauta do Senado, prevê a regionalização dos programas das emissoras, chegando até 22 horas semanais em municípios onde é maior o número de domicílios com televisores.

Heráclito pede recursos para conservação de obras de arte

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apelou ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, para que fique atento à situação de abandono de diversas obras de arte nacionais e internacionais adquiridas na primeira metade do século passado por brasileiros preocupados com a formação de um acervo cultural no país. Ele contou que grande parte dessas obras está aguardando, em depósitos sem condições apropriadas de conservação, decisões judiciais sobre questões de herança, falência

ou sonegação fiscal.

A solução para a conservação dessas obras, sugeriu o senador, está na liberação de mais verbas para o setor cultural.

Heráclito Fortes recomenda que o caminho seja a localização, catalogação e transferência para museus nacionais dessas obras de arte.

Em sua opinião, as iniciativas devem abranger, inclusive, a realização de leilões das obras em litígios judiciais e a tentativa do governo de arrematá-las.

O senador anunciou que está



ACERVO Heráclito sugere que governo arremate em leilões as obras de arte que correm perigo

preparando um projeto de lei destinado a regularizar o destino desse acervo, para que ele possa ser usado de maneira pedagógica, em exposições ambulantes pelo Brasil.

Tuma quer regulamentação para exploração de minérios

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ao governo que regulamente, com urgência, a atividade de exploração de minérios em terras indígenas. Para ele, esse é o caminho natural para que sejam evitados conflitos entre índios e garimpeiros, além de coibir o contrabando, como o do diamante.

Tuma se mostrou "chocado" com os recentes acontecimentos ocorridos na reserva Roosevelt (RO), nos quais 29 garimpeiros foram assassinados supostamente pelos índios cintadas-largas, que lá residem. E disse não querer acreditar que o Ministério da Justiça, por falta de recursos, não tenha colocado em prática, no início do ano, conforme o previsto, uma operação destinada a evitar confrontos entre índios e garimpeiros na região.

Defesa nacional

O senador por São Paulo também pediu a transcrição nos Anais da Casa de palestra proferida por ele a oficiais do



CHACINA Tuma se disse "chocado" com assassinatos de garimpeiros em Rondônia

Exército, Marinha e Aeronáutica, durante o curso sobre política e estratégia ministrado no dia 27 de abril, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

No discurso, Tuma afirmou aos militares que senadores e deputados têm plena consciência de que o Brasil não pode aceitar a tutela de nenhuma nação, principalmente com relação a assuntos que envolvem questões internas e estratégicas.

Para Tuma, o Congresso Nacional já adquiriu, nesses quase 20 anos de prática democrática, "uma cultura estratégica e uma visão bastante clara de como deverá evoluir, daqui para a frente, a sua participação na temática da defesa nacional".



INVASÃO Duciomar afirma que sem-terra voltaram a ocupar fazenda em Eldorado dos Carajás

a situação que vem ocorrendo em Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 sem-terra foram assassinados em 1996. Segundo o senador, nova invasão ocorrida na última terça-feira traz o risco de que a tragédia se repita.

De acordo com Duciomar, os sem-terra invadiram uma fazenda produtiva, a primeira a produzir embriões na Amazônia e que tem 18 mil cabeças de gado. "O Pará é um dos maiores produtores de carne do Brasil", disse.

Duciomar afirmou que a ação rápida das autoridades pode evitar mais um conflito. E ressaltou ainda que os brasileiros vêm assistindo a diversas situações de violência no campo, no Rio de Janeiro, entre índios e garimpeiros, e muito se discute sobre o problema, mas ninguém fala sobre a causa de tudo isso. Na opinião do senador, a ausência e omissão do poder público geram situações como essas.

Duciomar teme repetição da tragédia de 1996 no Pará

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) pediu atenção das autoridades, especialmente do Ministério da Justiça e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para

Correção

O autor do projeto que prevê o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores domésticos (PLS 477/03) é o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), e não o senador Flávio Arns (PT-PR), como foi erroneamente publicado na segunda-feira (26), página 8, da edição 27 do *Especial Cidadania*.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Heráclito Fortes e pela senadora Serys Slhessarenko